

# FATORES DETERMINANTES PARA A CONSOLIDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Newton José Rodrigues da Silva<sup>1</sup> - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral  
newtonrodrigues@cati.sp.gov.br

Abelardo Gonçalves Pinto<sup>2</sup> - Associação Paulista de Extensão Rural  
abgp16@gmail.com

Rodrigo Thurler Nacif<sup>3</sup> - Fundação Nacional do Índio  
rodogro.ogro@gmail.com

Márcia Farah Reis<sup>4</sup> - Prefeitura Municipal de Santos  
marciasfreis@gmail.com

Denis Moledo de Souza Abessa<sup>5</sup> - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
denis.abessa@unesp.br

GT 8 – Desafios da autogestão

## Resumo

As explicações concernentes ao sucesso ou fracasso de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) se limitam a apontar aspectos econômicos ou as políticas públicas de apoio como únicos responsáveis. Estes fatores têm um papel para a consolidação dos EES, mas há outros que são determinantes. A pergunta respondida no presente estudo é: quais fatores são mais importantes para a consolidação dos empreendimentos econômicos solidários? Considerou-se consolidados os empreendimentos com mais três anos de atividades. Foram aplicados questionários para 60 atores-chave dos segmentos empreendimentos, apoio e gestão em números iguais, sendo 30 que atuam no meio rural e 30 no urbano. Utilizou-se estatística descritiva e análise multivariada. Concluiu-se que existem diferentes fatores que agem de forma isolada e/ou em interação para a superação das dificuldades que emergem no processo de consolidação dos EES, sendo geração de renda e o projeto político da EcoSol apontados como prioritários.

Palavras-chave: economia solidária, empreendimentos econômicos solidários, economia plural

---

<sup>1</sup> Doutor em Aquicultura pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e Halieutique pela École Nationale Supérieure Agronomique de Rennes.

<sup>2</sup> Doutor em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas.

<sup>3</sup> Antropólogo pela Universidade Federal Fluminense.

<sup>4</sup> Psicóloga pela Universidade Metodista de São Paulo.

<sup>5</sup> Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo.

## Abstract

The explanations regarding the success or failure of Solidarity Economy Enterprises (SEE) are limited to pointing economic aspects or supportive public policies as the only responsible. These factors do play a role in consolidating SSE, but there are others that are also determinants. The question answered in this paper is: Which are the most important factors for the consolidation of solidarity economy enterprises? Enterprises running for over a period of three years have been considered as consolidated. Questionnaires were applied to 60 key-actors in entrepreneurship, support and management segments in equal numbers, 30 of which work in the rural area and 30 in the urban setting. Descriptive statistics and multivariate analysis were used. It was concluded that there are different factors that act in isolation and/or in interaction to overcome the difficulties that emerge in the consolidation process of the SSE, being income generation and the political project of Solidarity Economy pointed as priorities.

Keywords: solidarity economy, solidarity economic enterprises, plural economy

### 1. Introdução

Polanyi (2000) afirma que os sistemas econômicos das sociedades são integrados por quatro princípios: **redistribuição; maximização do lucro; doméstico e reciprocidade**. Castel (2015) sugere uma adequação destes princípios à economia das sociedades capitalistas: o primeiro representa o Estado, que arrecada impostos para redistribuir à sociedade em forma de serviços. Neste princípio está vinculado o processo de redistribuição como parte do regime político vigente. O segundo inserem-se as empresas capitalistas. O terceiro princípio representa os pequenos empreendimentos, comumente com gestão familiar. No quarto princípio se inserem, sobretudo, as cooperativas e associações com atividade econômica, que representam formas jurídicas da Economia Solidária (EcoSol). Grupos informais com ação continuada que possuem regimento interno também se encontram nesse princípio. Laville (2017) destaca que nos princípios de reciprocidade e gestão doméstica a produção e a circulação de bens e serviços visam, essencialmente, a manutenção dos laços sociais, pois, nos dois casos os repertórios mobilizados diferenciam-se do contrato mercantil.

Segundo Castel (2015), a economia regida por esses princípios tem uma tendência a ser plural. As atividades existentes não são homogêneas e apresentam fundamentos múltiplos que podem se colocar em interações dinâmicas. Dessa forma, as atividades de produção, distribuição, comercialização, consumo e poupança na sociedade são realizadas de diferentes formas quanto à gestão e apresentam objetivos específicos, podendo interagir. Entretanto Polanyi (2000) afirma que alguns princípios econômicos citados podem ocorrer em determinada sociedade sem nela ocupar um lugar primordial, podendo haver subordinação de um princípio e ascendência de outro.

A EcoSol representa a democratização da economia e promoção do desenvolvimento local e bem-estar. Esta forma de organização se fundamenta em relações que não existem a mais-valia. Trata-se, portanto, da livre associação de pessoas para a produção, prestação de serviços, consumo e poupança, ou seja, não há um empregador. A geração de renda não é o único fator positivo direto da EcoSol, há outros que são vinculados à autogestão dos empreendimentos, como: gestão do tempo pelos participantes, horizontalidade das relações e destinação dos recursos de acordo com as regras estabelecidas coletivamente. A EcoSol não é apenas um sistema econômico, mas uma forma de organização da economia que abarca, inclusive, o cuidado com o ambiente e exige um esforço cotidiano de valorização da democracia por meio de reuniões e assembleias. Dessa forma, evidencia-se a abordagem multidisciplinar para a implantação e gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Não é simples para uma pessoa pobre ou extremamente pobre se associar a outras para integrar um empreendimento e viabilizá-lo. Experiências que relatam a emergência espontânea de EES não são comuns. É mais frequente que o fortalecimento da EcoSol esteja vinculado a políticas públicas, movimentos sociais, ações de organizações não governamentais ou a projetos de compensação ambiental desenvolvidos por empresas que contratam consultorias para planejamento e execução.

Normalmente há disponibilização de publicações que apresentam estudos de caso de EES voltados para aqueles que tiveram sucesso. As explicações concernentes ao fracasso dos projetos são raras e se limitam a apontar fatores econômicos ou a ausência de políticas públicas de apoio como causas dos resultados obtidos. Sem dúvida alguns destes fatores são de grande importância, mas há outros que podem ser determinantes para a consolidação dos empreendimentos. Dessa forma, a questão a ser respondida no presente trabalho é: **quais fatores são determinantes para a consolidação dos empreendimentos econômicos solidários?** Parte-se da hipótese de que diferentes fatores agem de forma isolada e em

interação para a superação das dificuldades que emergem no processo de consolidação dos EES.

## 2. Objetivo

O objetivo é apontar os fatores determinantes para a consolidação dos EES considerando a percepção dos seus integrantes, gestores que atuam diretamente no assessoramento e profissionais que prestam apoio a gestores e aos empreendimentos.

## 3. Metodologia

### 3.1. Coleta de dados

Foi elaborado um questionário com 20 questões fundamentadas na observação e experiência dos autores quanto aos fatores mais importantes para a consolidação dos EES. Considerou-se consolidados os empreendimentos com mais de três anos de atividades.

Utilizou-se o “Google Forms” para elaboração e recebimento do questionário respondido, que foi direcionado por e-mail para pessoas que atuam na economia solidária no Estado de São Paulo. O período de preenchimento ocorreu entre 20/05/2018 e 30/05/2018. Houve 60 respondentes que tinham que se identificar, assim como apontar o empreendimento ou a instituição que trabalha, indicar se atuava no meio rural ou urbano e o segmento da economia solidária: empreendimentos econômicos solidários, gestores que atuam diretamente no assessoramento dos empreendimentos e profissionais que prestam apoio a gestores e a empreendimentos. Responderam 20 integrantes de EES, 22 gestores e 18 profissionais de apoio, sendo 30 do meio rural e 30 do urbano. Para cada questão havia quatro opções de resposta, podendo ser escolhida apenas uma entre: "fator extremamente importante", " fator importante", " fator pouco importante" e "fator irrelevante”.

### 3.2. Análise dos dados

Para a análise dos dados as questões foram numeradas de acordo com a sequência em que foram dispostas no questionário e cada entrevistado também recebeu uma identificação numérica. Quanto à origem institucional dos entrevistados, as três classes que constavam no questionário receberam as categorias A = Empreendimento econômico solidário; B= Órgão de gestão de empreendimentos econômicos solidários como prefeituras,

ONGs, empresas e órgãos de extensão rural; e C = Instituições de apoio a empreendimentos econômicos solidários como universidades, Cáritas, órgãos de pesquisa etc. Essa identificação foi feita para facilitar a tabulação dos dados.

Para as respostas possíveis foi estabelecido um critério arbitrário de pontuação, que atribuiu graduações mais altas para os níveis maiores de importância: Fator extremamente importante = 3; Fator importante = 2; Fator pouco importante = 1; Fator irrelevante = 0. Em seguida, as respostas atribuídas por cada entrevistado foram tabuladas e pontuadas de acordo com Ditt et al., 2004, tendo sido calculadas as pontuações totais para cada questão e as somas de pontuações de cada entrevistado. Questionários respondidos de forma incompleta foram removidos da análise, pois poderiam afetar os cálculos das somatórias, prejudicando a comparação dos resultados. Neste caso, três questionários não foram usados na integração dos dados, de modo que 57 foram considerados para essa etapa.

Foi realizada a soma das pontuações atribuídas a cada questão para todos os entrevistados, de modo que pontuações mais altas deveriam indicar maior importância para aquele fator, e menores pontuações significariam menores importâncias.

Para tentar compreender se a opinião dos entrevistados poderia variar conforme sua origem institucional e territorial – rural ou urbano - foi usada uma análise de agrupamentos, utilizando os dados da planilha montada com as pontuações de cada questão, conforme Sousa et al. (2006). A análise utiliza a matriz com as pontuações de todas as respostas dadas pelos entrevistados e compara a similaridade entre o conjunto de respostas. Desse modo, é possível avaliar quais respondentes posicionaram-se de forma mais similar entre si, e aqueles que crescentemente foram apresentando diferenças nas suas respostas. Para essa análise, foi usado o índice de Bray-Curtis, mais adequado para dados quali-quantitativos, e método de agrupamento pela média ponderada.

#### 4. Resultados

Os resultados comparativos mostraram que todos os fatores foram considerados determinantes, ou seja, os 20, pois tiveram pontuações altas, com frequências dos estratos superiores - Extremamente Importante e Importante - acima de 78,95%, sendo que a maioria dos fatores teve respostas nesse estrato para 90% ou mais dos respondentes (Tabela 1).

Tabela 1. Soma das pontuações atribuídas pelos entrevistados a cada fator, frequências dos estratos superiores de importância - Extremamente Importante; Importante e Soma destes dois

Identificação da questão	Questões	SOMA	% (Ext.Imp)	% (Imp)	$\Sigma$ ExImp+Imp
<b>Q1</b>	A compreensão do projeto político da EcoSol de construção de uma outra economia pelos integrantes do Empreendimento Econômico Solidário (EES)	160	80,70	19,30	100
<b>Q2</b>	A compreensão do projeto político da EcoSol de construção de uma outra economia pelos consumidores dos produtos e serviços do EES	147	63,16	33,33	96,49
<b>Q3</b>	Ter integrantes do EES com formação adequada (formal ou não) em administração e gestão de empreendimentos	145	61,40	35,09	96,49
<b>Q4</b>	Garantia que ideias e decisões sejam debatidas e decididas por todos integrantes dos EES	155	71,93	28,07	100
<b>Q5</b>	A fácil convivência entre os integrantes dos EES	142	50,88	47,37	98,25
<b>Q6</b>	Bastante conversa entre os integrantes dos EES sobre as várias formas possíveis de fazer algum produto ou prestar um serviço	150	64,91	33,33	98,25
<b>Q7</b>	Comemorar tudo que deu certo no EES	136	42,11	52,63	94,74
<b>Q8</b>	Ter consciência de que todos de quem compramos e vendemos produtos ou nos ajudam de alguma forma constituem nossa rede de relacionamentos	150	63,16	36,84	100
<b>Q9</b>	A elaboração do Plano de Negócios do EES	147	63,16	33,33	96,49
<b>Q10</b>	Fazer sempre um balanço do que o nosso trabalho proporciona de bom e de ruim para a sociedade	155	71,93	28,07	100
<b>Q11</b>	O apoio governamental com a disponibilização de espaço para a instalação dos EES por um tempo determinado	137	43,86	52,63	96,49

<b>Q12</b>	O apoio governamental com a disponibilização de um gestor para trabalhar junto aos EES	121	40,35	38,60	78,95
<b>Q13</b>	O apoio governamental com compra direta, contratação de serviços e organização de feiras	153	68,42	31,58	100
<b>Q14</b>	O apoio governamental com disponibilização de financiamento para a compra de equipamentos ou produtos de uso cotidiano	142	50,88	47,37	98,25
<b>Q15</b>	A busca permanente de ampliação de parcerias com técnicos, professores, integrantes de Fóruns e órgãos que dão algum apoio aos EES	150	63,16	36,84	100
<b>Q16</b>	A fabricação de produtos e oferta de serviços de boa/alta qualidade pelos EES	155	71,93	28,07	100
<b>Q17</b>	O apoio de consultorias de ONGs e/ou empresas para os EES	132	38,60	54,39	92,98
<b>Q18</b>	O apoio das Universidades aos EES	137	42,11	56,14	98,25
<b>Q19</b>	Geração de renda que possibilite aos integrantes dos EES se manterem	165	89,47	10,53	100
<b>Q20</b>	A formação continuada quanto às técnicas de produção ou prestação do serviço	155	71,93	28,07	100

Quando as pontuações são comparadas, é possível verificar quais fatores foram melhor pontuados (Tabela 2). Destacaram-se aquele da Questão 19, “Geração de Renda”, e Questão 1, “Compreensão do projeto político da EcoSol”, com maiores pontuações, seguidas pelas Questões 4, 10, 16 e 20, respectivamente. Também com pontuação alta observa-se a Questão 13 e, posteriormente, 6, 8 e 15. Por outro lado, as menores pontuações foram atribuídas às Questões 12, 17, 7, 11 e 18 que podem então ser entendidas como menos prioritárias em relação às demais, embora tenham sido consideradas importantes, como mencionado anteriormente.

Tabela 2. Pontuações e prioridades atribuídas aos fatores abordados nas questões sobre EcoSol

Prioridade	Questões	Pontuação
1	Q19	165
2	Q1	160
3	Q4; Q10; Q16; Q20	155
4	Q13	153
5	Q6; Q8; Q15	150
6	Q2; Q9	147
7	Q3	145
8	Q5; Q14	142
9	Q11; Q18	137
10	Q7	136
11	Q17	132
12	Q12	121

O resultado da análise de agrupamentos está representado na Figura 1. Foram formados três grupos que parecem ter uma relação com as pontuações: um grupo com entrevistados que tenderam a atribuir menores pontuações ou importâncias aos fatores apresentados; um grupo com pontuações intermediárias e outro com pontuações altas. Respondentes das três categorias institucionais se distribuíram nos três grupos. Evidencia-se que os subgrupos de maior e menor pontuação agregaram totalmente respondentes que atuam na área rural. Os respondentes que integram o grupo que apresenta respostas com menor pontuação é caracterizado somente pela presença de gestores vinculados a órgãos governamentais que atuam no meio rural diretamente com organizações de agricultores familiares que encontram dificuldades de acesso ao mercado, indígenas e quilombolas. O fator apontado de forma majoritária de cada um foi o “importante”. Por outro lado, o grupo que apresenta maior pontuação, ou seja, que a escolha majoritariamente foi “muito importante”, também apresenta integrantes do meio rural sendo alguns gestores ligados a órgãos governamentais, mas que trabalham com agricultores familiares e indígenas que apresentam maior inserção no mercado.



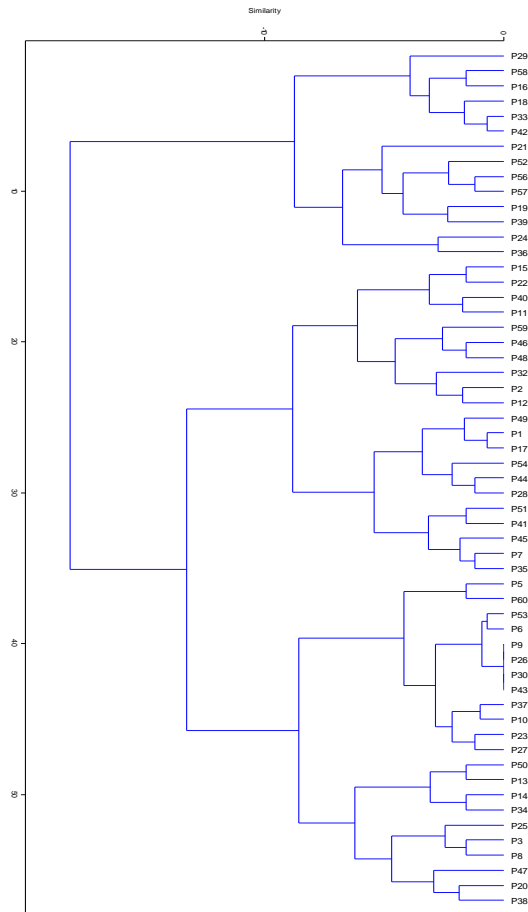


Figura 1. Agrupamentos dos respondentes de acordo com a soma da pontuação das respostas

## 5. Discussão

Para os respondentes que atuam nos meios rural e urbano a geração de renda emerge como o fator mais importante para a consolidação dos EES. Esse fato reforça a tese de que no Brasil a economia solidária tem um caráter prioritário de inclusão socioeconômica. Singer (2017) afirma que a EcoSol foi implementada no Brasil nas décadas de 80 e 90 pela ação da Igreja em um momento em que o desemprego era notável: "*a economia solidária foi inventada para acolher essas pessoas...a Cáritas organizou na medida do possível milhares de cooperativas pelo Brasil afora...principalmente nas áreas industriais, onde houve crise mais aguda do desemprego*". Dessa forma, a EcoSol como forma de geração de renda para a inclusão socioeconômica está associada às suas origens no Brasil.

Entretanto, considerando o segundo fator mais pontuado para o conjunto de respondentes, a EcoSol não pode se limitar à inclusão socioeconômica por meio de geração de renda. Deve-se envidar esforços para que seja uma forma de construção de outra economia. Essa afirmação se confirma com a pontuação também expressiva do fator que ressalta a necessidade dos integrantes dos EES em “fazer sempre um balanço do que o nosso trabalho proporciona de bom e de ruim para a sociedade” para que haja uma contribuição para o bem-estar coletivo. Dessa forma, emerge o caráter político da EcoSol.

Esses dois principais fatores apontados - inclusão via geração de renda e construção de uma outra economia – colocam a EcoSol como uma importante estratégia emancipadora frente à atual conjuntura de desemprego estrutural e de intensa precarização das condições de trabalho e das relações trabalhistas, visíveis na crescente utilização de contratos “zero hora”, terceirização, “uberização” de grande parte do setor de serviços e drástica redução nas demandas trabalhistas judiciais. Os avanços tecnológicos, especialmente a utilização de plataformas digitais de oferta de serviços, intensificam o trabalho e a produção, aumentando a exploração da mão de obra e eliminando vínculos empregatícios, sob o disfarce da criação de profissionais autônomos ou “pejotizados”, estratégia das empresas para diminuição de custos e supressão de encargos trabalhistas (Sennett, 1999). As duas prioridades mostram também que os entrevistados veem a EcoSol como uma luta política cujo avanço depende do alcance de consistentes resultados financeiros pelos EES.

No entanto, para concretizar as expectativas de geração de renda e de criação de uma economia baseada nos princípios e valores da EcoSol, faz-se necessário ofertar produtos e serviços que atendam às necessidades de clientes, mas, sobretudo, que as relações sejam fundamentadas em reciprocidades, característica estruturante da economia solidária que, segundo Gardin (2006), apresenta a seguinte tipologia: reciprocidade desigual, reciprocidade entre pares e reciprocidade multilateral. A primeira fundamenta-se nas ações vinculadas a grupos que atuam para a inserção socioeconômica solucionar problemas de pessoas em situação de vulnerabilidade. Para o autor, o poder público pode estar associado às iniciativas ou ser o proponente. A reciprocidade entre pares fundamenta-se nas relações entre aqueles que criam as estruturas de determinado empreendimento que atenderá de forma direta às suas necessidades e aspirações. Por fim, a reciprocidade multilateral se caracteriza por haver diferentes atores em relação para viabilizar a ideia, o projeto. Em determinado empreendimento pode-se encontrar ao longo da sua trajetória os três tipos de reciprocidade. Casos analisados por Reis e Silva (2018) e Machado e Silva (2018) referentes à Lavanderia

8 de Março - Santos/SP e à Cooperativa de Produtores de Ostras de Cananéia/SP, respectivamente, revelam a existência dos três tipos de reciprocidade com base em ações que partiram do poder público, ou seja, da reciprocidade desigual. Fundamentando-se em Torre e Beuret (2012) e Torre e Filipi (2005), pode-se afirmar que as proximidades geográfica e organizacional entre os atores são facilitadoras da construção de reciprocidades.

Chama a atenção a média prioridade atribuída à elaboração de um plano de negócios e à qualificação em gestão de empreendimentos. É uma contradição em relação à prioritária busca de geração de renda e de busca de apoio governamental e acesso a políticas públicas. Por outro lado, tal postura alinha-se com um diagnóstico recorrente com relação às organizações de agricultores familiares e de seus empreendimentos que é a generalizada baixa capacidade de autogestão (Brose, 2004). Pode ser também uma explicação para a menor prioridade com relação às necessidades de crédito governamental e de espaços públicos de comercialização, visto que para tais pleitos é fundamental a elaboração de um plano de negócios, com o dimensionamento da escala de produção e do volume de vendas. A menor priorização da qualidade da gestão também é realçada nas baixas pontuações relativas ao papel das universidades e da presença de consultores externos, seja de ONGs ou de órgãos governamentais. A comemoração de tudo o que deu certo para o grupo cria motivação, valoriza-se o processo que viabilizou o resultado, principalmente a ação da rede de apoio e o esforço de cada integrante. O fator de menor pontuação é a necessidade da presença de um gestor. Esse fato nos leva a refletir sobre o perfil dos gestores que atuam na EcoSol e forma como atuam.

Garantir os fatores apontados como prioridades pelos respondentes, assim como os demais fatores, considerando que a maioria tem alta pontuação, depende de apoio de atores com diferentes competências, sendo resultado de ação em rede. A sociologia da tradução ou sociologia da inovação ou, ainda, sociologia das redes sociotécnicas, permite compreender como os atores se colocaram ou se colocam em relação para viabilizar determinado projeto. Para os fundadores deste referencial teórico, Callon (1986, 1999) e Latour (2000), nenhuma ideia se impõe por suas qualidades próprias, mas é uma rede sociotécnica integrada por atores sociais e elementos não humanos que a viabilizará. Para os referidos autores a rede é um espaço de cooperação fundamentado em um quadro de interesse comum. Para que a rede se construa é necessário que haja um tradutor das lógicas de ação. Neste caso, traduzir é promover e apoiar alianças e não passar um texto de um idioma a outro. Silva et al. (2018a) apresentaram um quadro teórico de atuação de extensionistas que pode ser consultado por

gestores que trabalham também na área urbana. A sociologia da tradução é um dos referenciais teóricos abordados. Sugere-se que aqueles que atuam junto aos EES assumam o papel de tradutores ou apoiem as traduções para a construção de redes sociotécnicas. As operações de tradução podem ser realizadas por qualquer ator social que participa do projeto, mas o gestor, necessariamente, deve apresentar o perfil adequado para executá-las, estimulá-las ou apoiá-las. A rede sociotécnica pode ser construída com a adesão de profissionais que se vinculem aos Fóruns Municipais e Regionais e realizem trabalhos voluntários criando-se, assim, uma base de serviços para apoiar empreendimentos e gestores. Pode haver uma rede regional de apoio à EcoSol e outras sub-redes, sejam municipais ou assimiladas a centros públicos, incubadoras ou em torno de um ou mais empreendimentos.

A sociologia da tradução como referencial teórico oferece as bases para alinhar os atores nas ações que darão suporte à EcoSol para a viabilização dos fatores determinantes para a sua consolidação. As relações nestes espaços de cooperação são horizontais. Entretanto, muitas vezes as redes são minadas por disputas pelo micropoder entre integrantes de EES ou de instituições governamentais. Neste último caso, comumente há ações de desconstrução fundamentadas na hierarquia, ou seja, de caráter vertical descendente. Projetos vinculados ao princípio redistribuição da economia, que têm a participação do poder público, podem apresentar conflitos causados por aqueles que ocupam cargos de direção que têm a necessidade de ter controle da situação. Além disso, a apropriação política da EcoSol por governos também provoca desvios nos processos em curso e, como consequência, emergem conflitos ou não se proporcionam condições para que o grupo avance para a autogestão. Considerando a EcoSol uma inovação, não se pode concebê-la como invenção governamental ou simples introdução de uma forma de gestão compartilhada, mas como uma mudança construída de forma social (Sardan, 1995). Assim, deve-se ter vigilância nas interações dos repertórios dos princípios da economia de redistribuição e da reciprocidade.

Há aspectos relacionados ao exercício da democracia interna dos grupos que estão relacionados com fatores como “garantia de que ideias e decisões tenham que ser debatidas” e com “é necessário haver bastante conversa entre os integrantes sobre as várias formas de fazer um produto ou prestar um serviço”. Esses fatores viabilizam a autogestão. Entretanto, a implementação dessas práticas associa-se ao nível de coesão do grupo. A combinação de referenciais teóricos da sociologia, como a tradução, e outros da psicologia, podem viabilizar a construção de redes com coesão. Silva et al. (2018b) e Reis e Silva (2018) estudaram a

utilização dos tipos psicológicos de Jung (Jung, 2011) e a Terapia Comunitária (Barreto, 2008), respectivamente, em grupos de mulheres que integravam EES .

O conhecimento das características dos tipos psicológicos de cada uma das integrantes de um grupo de artesãs possibilitou a compreensão mútua das diferenças na forma de ser e agir de cada uma promovendo melhores condições de superação de eventuais problemas no cotidiano e aproveitamento das características individuais para a realização das diferentes tarefas que compõem a produção de artesanato e gestão do empreendimento. Em relação à terapia comunitária, com fundamentação em relações horizontais, na troca de experiências, as pessoas criam redes de identificação, não se sentem sós e encontram soluções para seus problemas. Assim, inicia-se a construção de uma rede social solidária. Pode-se destacar a importância das relações e dos vínculos na promoção das redes de solidariedade e da inclusão social. A construção da economia solidária depende de diversos fatores e torna-se um desafio que exige abordagens multidisciplinares e coesão social.

## 6. Conclusão

A pontuação dos vinte fatores apresentados mostra que alguns se caracterizaram como prioritários. Entretanto, aqueles que não tiveram esse destaque também foram considerados necessários para a consolidação dos EES. A sociologia da tradução é um referencial teórico recomendado para a viabilização da EcoSol por colocar em relação de forma alinhada os diferentes atores que podem operacionalizar as ações necessárias de naturezas distintas. Por outro lado, para que haja harmonia e cooperação nos grupos para a realização dos trabalhos cotidianos, exercício da democracia e autogestão, recomenda-se a utilização de dois referenciais teóricos da psicologia: tipos psicológicos de Jung e Terapia Comunitária. Dessa forma, pode-se fazer interagir os repertórios e ações dos princípios de redistribuição e reciprocidade da economia como forma de promover pluralidade e democracia econômica.

Considerando a elevada pontuação atribuída pelos respondentes aos vinte fatores, pode-se considerá-los como pressupostos de êxito para os EES.

## 7. Referências bibliográficas

- BARRETO, A. P. *Terapia Comunitária passo a passo*. Fortaleza: Gráfica LCR. 2008. 407p.
- BROSE, M. *Participação na extensão rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local*. Porto Alegre: Tomo Editorial. 2004. 256p.
- CALLON, M. Eléments pour une sociologie de la traduction: la domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins-pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc. *L'Année Sociologique*. 1986. n 36. p.169-208.
- CALLON, M. Le réseau comme forme émergente et comme modalité de coordination : les cas des interactions stratégiques entre firmes industrielles et laboratoires académiques. IN : CALLON, M; COHENDET, P., CURIEN, N., DALLE, J. M., EYMARD DUVERNAY, F., FORAY, D., SCHENK. *Réseau et coordination*. Paris: Economica. 1999. 13 – 64 p.
- CASTEL, O. La reciprocité ao coeur de la struturation e du fonctionnement de l'Économie sociale e solidaire. *Revue Française de Sócio-Economie*. 2015. 1<sup>er</sup> sem. 175 - 192.
- DITT, E. H.; MANTOVANI, W.; VALLADARES-PADUA, C.; BASSI, C. Entrevistas e aplicação de questionários em trabalhos de conservação. In: CULLEN JR., L.; RUDRAN, R.; VALLADARES-PADUA, C. (Org.). *Métodos de Estudo em Biologia da Conservação e Manejo da Vida Silvestre*. Curitiba: UFPR, 2004.
- GARDIN, L. *Les initiatives solidaires: la réciprocité face au marché et à l'État*. Paris: Éditions Érès. 2006. 190 p.
- JUNG, C.G. *Tipos psicológicos*. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2011. 614 p.
- LATOUR, B. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP. 2000. 438p

LAVILLE, J.-L. Economia solidária e desafios epistemológicos. IN: SOUZA, R. A.; ZANIN, M. *A economia solidária e os desafios globais do trabalho*. São Carlos: EduUFSCAR. 2017. 266 p. p. 23-29.

MACHADO, I.C.; SILVA, N.J.R. Trajetória da cooperativa dos produtores de ostras de Cananéia: traduções e resiliência. IN: PAVAN, L.S. *Economia Social e Pública*. Ponta Grossa: Atena Editora. Disponível file:///E:/E-book-Economia-Social-e-P%C3%BAblica.pdf. ISBN: ISBN 978-85-85107-27-7; DOI: 10.22533/at.ed.277180409. 2018. p. 36 – 63.

POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Elsevier. 2000. 349 p.

REIS, M. S. F.; SILVA, N.J.R. Lavanderia 8 de Março, Santos/SP: uma experiência de valorização de mulheres. IN: PAVAN, L.S. *Economia Social e Pública*. Ponta Grossa: Atena Editora. Disponível file:///E:/E-book-Economia-Social-e-P%C3%BAblica.pdf. ISBN: ISBN 978-85-85107-27-7; DOI: 10.22533/at.ed.277180409. 2018. p. 124 - 158.

SARDAN, J.-P. *Anthropologie et développement: essai en socio-anthropologie social*. Paris: Karthala. 1995. 221p.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. São Paulo: Record. 1999. 208p.

SILVA, N.J.R.; PINTO, A.G.; LOPEZ, E.F.M.; MIKOLASEK, O. Quadro teórico de apoio à atuação de extensionistas para o fortalecimento da economia solidária. IN: PAVAN, L.S. *Economia Social e Pública*. Ponta Grossa: Atena Editora. Disponível file:///E:/E-book-Economia-Social-e-P%C3%BAblica.pdf. ISBN: ISBN 978-85-85107-27-7; DOI: 10.22533/at.ed.277180409. 2018a. p. 186 – 221.

SILVA, N.J.R.; CATTAPRETA, M.V.; SILVA, T.M.M.; SANTOS, M.M. Modelo teórico de organização para a produção coletiva de artesanato: o caso das associações de mulheres artesãs da área rural de Mongaguá/SP. IN: PAVAN, L.S. *Economia Social e Pública*. Ponta Grossa: Atena Editora. Disponível file:///E:/E-book-Economia-Social-e-

P% C3% BAblica.pdf. ISBN: ISBN 978-85-85107-27-7; DOI:  
10.22533/at.ed.277180409. 2018b. p. 92 – 123.

SINGER, P. Propagação mundial da economia solidária. IN: SOUZA, R. A.; ZANIN, M. *A economia solidária e os desafios globais do trabalho*. São Carlos: EduUFSCAR. 2017. 266 p. 15-21.

SOUSA, I.F.; FERREIRA, L.E.C.; MAGINI, C. & ABESSA, D.M.S. Percepção Ambiental, Perfil Sócio-Econômico da Comunidade Residente e Uso e Ocupação do Solo, no Núcleo Pedro de Toledo – Parque Estadual da Serra do Mar – SP. *O Mundo da Saúde*, 2006. 30(4): 570-580.

TORRE, A.; FILIPI, M. *Proximités et changements socio-économiques dans les mondes ruraux*. Paris: INRA Éditions. 2005. 322 p.

TORRE, A.; BEURET, J-E. *Proximités territoriales*. Paris: Economica, 2012. 105 p.